

A produção da cidade higiênica: cartografias da prática da pichação para pensar a experiência urbana e a gestão dos fluxos

*The production of the hygienic city: cartography
of the practice of graffiti to think about urban
experience and the management of flows.*

Jeferson Camargo Taborda

Doutor em Psicologia pela UCDB (2017) na área de concentração Psicologia e Saúde. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MS. Contato: j.taborda@hotmail.com.

Anita Guazzelli Bernardes

Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Professora do curso de Psicologia, professora e pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Contato: anitabernardes1909@gmail.com.

RESUMO:

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de doutorado que traçou uma cartografia da prática do pixo e da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade. Para dar conta da dinâmica e da potência destas práticas, elas são articuladas com a noção de devir e de comportamento de matilha propostos por Deleuze e Guattari. A noção de poluição dura e poluição suave de Serres ajuda a pensar as relações agonísticas em jogo entre a publicidade e as práticas do pixo. A produção de uma cidade higiênica fornece pistas sobre a atuação dos dispositivos de segurança na gestão dos fluxos ao mesmo tempo em que nos faz repensar a experiência urbana contemporânea.

Palavras-chave: pichação, governamentalidade, cidade, subjetividade.

ABSTRACT:

This work is the result of a doctoral research that mapped out the practice of tagging to think about the relations between city and governmentality. To account for the dynamics and potency of these practices, they are articulated with the notion of becoming and rabble proposed by Deleuze and Guattari. The notion of hard pollution and soft pollution of Serres helps to think the agonistic relations at stake between

advertising and tagging practices. The production of a hygienic city provides clues about how safety devices work in managing flows while rethinking the contemporary urban experience.

Keywords: tagging, governmentality, city, subjetivation.

TABORDA, Jeferson Camargo; BERNARDES, Anita Guazzelli (2018). A produção da cidade higiênica: cartografias da prática da pichação para pensar a experiência urbana e a gestão dos fluxos. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 20, jan-abr, pp. 37-58.

Recebido em 17 de outubro de 2017. Confirmado para publicação em 11 de dezembro de 2017.

Introdução

De tempos em tempos projetos higienistas emergem com a justificativa de ‘limpar’ a cidade. O verbo precisa ser colocado entre aspas, pois a ideia de limpeza e de sujeira varia conforme os jogos de interesses. Em lugar da utopia da cidade limpa, é possível afirmar que a cidade é constantemente alvo e instrumento de jogos de poder. Práticas como a pichação e o pixo — a primeira com ‘ch’ englobando qualquer forma de rabisco e a segunda com ‘x’ para uma modalidade específica de demarcação de territórios (PEREIRA, 2010) — podem ser tomadas como pistas para pensar a experiência urbana atual e os interesses envolvidos na gestão dos fluxos. Como é comum pensá-las como antagonistas de expressões mais ‘sofisticadas’ como o grafite, um modo de iniciar estas problematizações é a partir da noção de devir.

Fugas e capturas entre devires

Deleuze e Guattari (1995 [1980]) utilizam o Homem dos Lobos freudiano para tecerem sua crítica à ideia de unidade em contraposição à multiplicidade, à ideia de matilha: “não se pode ser um lobo, mas sempre oito ou dez lobos, seis ou sete lobos” (Idem: 54-55). O comportamento de matilha incomoda porque se encontra no campo do ingovernável. Uma estratégia de captura é seguir o princípio do Uno, da identidade,

da identificação: “o” pixador ou “o” grafiteiro? A lógica arborescente identifica e captura os elementos mediante a conjunção “ou”, enquanto as multiplicidades rizomáticas fazem proliferar a conjunção “e”; nunca se trata de um lobo, mas de lobos e lobos e lobos...

Não se trata tampouco de dois tipos de multiplicidades — de um lado, a rizomática e, de outro, a arborescente —, pois isso já seria operar pela segunda lógica. O que existe são linhas heterogêneas operando em um certo *continuum*: “as árvores têm linhas rizomáticas, mas o rizoma tem pontos de arborescência” (Ibidem: 62).

Na concepção desses autores, devir nada tem a ver com imitação, representação ou identificação: “Num devir-animal, estamos sempre lidando com uma matilha, um bando, uma população, um povoamento, em suma, com uma multiplicidade. Nós, feiticeiros, sabemos disso desde sempre [...]. Se o escritor é um feiticeiro é porque escrever é um devir, escrever é atravessado por estranhos devires que não são devires-escritor, mas devires-rato, devires-inseto, devires-lobo, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997: 19-21).

Se cada encontro é único, as noções de aliança e de rizoma permitem uma melhor compreensão de como a constituição dos corpos ocorre enquanto um devir (Idem, 1997). Seguindo essa lógica, seria uma redundância discutir o pixo e a pixação por meio de um devir-escritor; antes, mais produtivo e mais interessante será a constituição de um devir-pixador: ir além de pesquisa “sobre” algo para constituir-se em uma EscritaCom (BERNARDES; TABORDA, 2016). A escrita exclusivamente solitária pode ser entendida como uma utopia, pois nunca se escreve solitariamente: multiplicidades de vozes fazem-se presentes em cada palavra e em cada pensamento. Dito de outro modo, se tanto o objeto pesquisado quanto o pesquisador estão em devir, tal relação pode ser usada como uma potente estratégia para colocar em análise quais racionalidades estão em jogo, quais modos de governamentalização estão sendo produzidos na atualidade. (Idem).

De maneira semelhante, o comportamento de matilha dos praticantes do pixo e da pichação permite alianças pouco convencionais: “Eles existem sem permissão. São odiados, caçados e perseguidos. Vivem no lixo e em um desespero silencioso. E, mesmo assim, são capazes de fazer com que civilizações inteiras caiam de joelhos. Se você é sujo, insignificante e indesejável, então os ratos são o seu melhor modelo de comportamento” (BANKSY, 2012: p. 95).

Por seu caráter de matilha, de bando e de proliferação, os pichadores/pixadores podem ser aproximados não só desse devir-rato, anunciado por Deleuze e Guattari (1997), mas também de um devir-inseto, um devir- peste. Mais que uma simples representação animal, esta noção indica imagens de pensamento, devires instituintes, em suma, pistas sobre quais desejos estão em jogo na produção de uma cidade normalizada e higienizada.

A poesia de Augusto dos Anjos, que também se alia com os seres inferiores, pode ser um recurso para pensar os afetos que nos constituem enquanto devir-animal: “A podridão me serve de Evangelho... / Amo o esterco, os resíduos ruins dos quiosques / E o animal inferior que urra nos bosques / É com certeza meu irmão mais velho!” (ANJOS, 1998: p. 86). Tidos como bichos escrotos, os pichadores/pixadores parecem ressuscitar o dicotômico discurso do homem contra a natureza, pois, assim como as máquinas de dedetização necessitam das pragas para sobreviverem, os discursos policialescos emergem como os inseticidas escolhidos nas sociedades de controle para conter esse devir- peste.

A conduta intempestiva da matilha pode então ser aproximada da noção de dispositivos de segurança que, segundo Foucault (2008), atuam na multiplicidade mediante: a) a criação de espaços de segurança; b) o tratamento do aleatório; c) a normalização específica da segurança; e d) a correlação técnica entre segurança e população. Uma importante justificativa dos dispositivos de segurança é, portanto, sua

polifuncionalidade: as câmeras não servem só para detectar os arteiros noturnos, elas também irão fornecer imagens de ladrões; vigiar possíveis sequestros; coibir condições de estupro e, é claro, identificar revoltas e punir manifestantes, tudo em nome da boa ordem da cidade.

É importante destacar que os dispositivos de segurança não pretendem a extinção dos fenômenos, pois os comportamentos de matilha não são facilmente eliminados. Tais dispositivos procuram fazer com que os fenômenos deixem de ser uma eventualidade, o que torna possível aprender com eles, criar espaços onde possam fluir, produzir estatísticas em torno deles, em resumo, torná-los naturais e esperados (Idem). Em seus estudos sobre a governamentalidade, Foucault (2008) chamou isso de mecanismo de anulação: a anulação dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Encontrar jovens pichando ou participando de movimentos como o pixo tornou-se um comportamento esperado na cidade governamentalizada.

Os canais de denúncia, os debates, a polícia, o mercado da segurança e toda uma gama de mecanismos constituem os dispositivos de segurança, que, se não conseguem extinguir esse devir-rato, permitem torná-lo natural e esperado. O mesmo se pode dizer do circuito dos afetos. O medo de jovens escalando paredes à noite é revertido em consumo de mais equipamentos de segurança e mais denúncias. Nas sociedades de controle: “é sempre por rizoma que o desejo se move e produz” (DELEUZE; GUATTARI, 1995: p. 32).

Apesar de Deleuze (1992) apresentar as sociedades de controle como substitutas das sociedades disciplinares, isso não quer dizer que os meios de confinamento desapareceram. Wacquant (2015), em seu texto “Projetando o confinamento urbano no século XXI”, discute a atualização das práticas de confinamento em uma época em que estas vêm se constituindo como um modo de vida. Ele distingue o confinamento socioespacial eletivo, quando se trata do autoconfinamento, do confinamento socioespacial

forçado, quando imposto de fora (WACQUANT, 2015). O que se espera do cidadão autoconfinado, além de denunciar aquele que ousou seguir a linha do devir-rato, é proteger sua residência como a um cativo cercado por toda sorte de equipamentos de segurança.

No início do doutorado, quando passei a morar em um município do interior do Mato Grosso do Sul, não pude deixar de observar o grande número de muros altos, cercas elétricas e até câmara de segurança em praças públicas. O que para mim parecia estranho para uma cidade pequena, parecia algo normal entre os moradores. Mesmo com pouquíssimas pichações e índices de criminalidade bem menores do que os de uma cidade maior era possível observar a ideia de autoconfinamento pensada por Wacquant (2015), as sociedades de segurança pensadas por Foucault (2008) e as sociedades de controle de Deleuze (1992). Todos esses maciços investimentos em segurança levavam-me cada vez mais a pensar sobre que tipo de produção de subjetividades a vida urbana vem produzindo.

O corrupção descrito por Augusto dos Anjos pode ajudar a pensar os afetos envolvidos nessas práticas de confinamento: “Escaveirado corrupção idiota, / Olha a atmosfera livre, o amplo éter belo, / E a alga criptógama e a úsnea e o cogumelo, / Que do fundo do chão todo o ano brota! / Mas a ânsia de alto voar, de à antiga rota / Voar, não tens mais! E pois, preto e amarelo, / Pões-te a assobiar, bruto, sem cerebelo / A gargalhada da última derrota! / A gaiola aboliu tua vontade. / Tu nunca mais verás a liberdade!... / Ah! Tu somente ainda és igual a mim. / Continua a comer teu milho alpiste. / Foi esse mundo que me fez tão triste, / Foi a gaiola que te pôs assim!” (ANJOS, 1998: p. 173).

Se práticas como o pixo emergem como um modo de comunicação entre pares (PEREIRA, 2005; SPINELLI, 2007), isto não isenta os outros habitantes da cidade: todos os cidadãos estão implicados nessa interação. E como estas práticas não estão fora da sociedade que as

engendrou, sua relação como os espaços acaba por colocar em análise o modo de vida confinado, que vai das casas e condomínios até as escolas e prisões.

O milho alpiste que captura as resistências pode ser aproximado daquilo que Passeti (2007) chama de conservadorismo moderado: em uma época em que todos são convocados a participar como fiscalizadores da moral, também as liberdades e libertinagens deverão ser moderadas.

Se tomarmos a cidade a partir do devir-gaiola apontado por Augusto dos Anjos, será possível pensar que a abolição da vontade de voar não ocorre tanto pelos meios repressivos (sim, eles continuam existindo), mas porque mais efetivo e sutil são os mecanismos de recompensa: “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1977: p. 127). Diferentemente das sociedades disciplinares, onde o foco era conter as desobediências, nas sociedades de controle, interessa muito mais recompensar continuamente as obediências e formas de submissão. Dito de outro modo, o milho alpiste, mesmo insosso e sem graça, é garantia de algum afeto de alegria: “a gargalhada da última derrota!” (ANJOS, 1988: p. 173).

Os modos de sujeição serão exercitados por vigilantes cidadãos atentos a quaisquer movimentos tidos como suspeitos na cidade. Vidas outrora infames, não passam apenas a entrar nos cálculos da governamentalidade, mas também a produzir novos dispositivos de segurança. Isso é visível na campanha nacional de uma construtora. Ela interpela os praticantes do pixo e da pichação nos seguintes termos: “Atenção Sr. Pichador. A cada mês que este muro permanecer limpo, a MRV doará uma cesta básica para uma creche ou instituição de caridade de sua cidade”¹. Difícil saber se tal promessa é cumprida, mas isso é o que menos

¹ Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/amp/policia/2016/policia-identifica-15-grupos-na-capital-e-tenta-ampliar-pena-para-pichadores/> (Acessado em: 20/11/2017).

interessa aqui. Importa pensar que, nas sociedades de controle, vidas infames perdem a opacidade e passam a ser incluídas nas estratégias de responsabilidade social. Como dispositivo de segurança, a campanha não investe na repressão, pois entende que é melhor incluir uma figura que é impossível ignorar na cidade contemporânea: o ‘Sr. Pichador’.

Diferentemente da incitação à tortura facilmente encontrada nos comentários de notícias sobre pichação, a empresa negocia com o ‘Sr. Pichador’ e garante a sua participação social na cidade. Os infames pichadores são incluídos para ajudar outros sujeitos infames (tradicionalmente dependentes da caridade dos ditos cidadãos de bem).

De maneira semelhante, a estratégia de legalização do grafite pode ser entendida como uma busca para regular os efeitos do comportamento de matilha, desse devir- peste; melhor ainda, parece de fato docilizar o devir-rato em devir-corrupção. A estratégia de valorizar a sujeição é uma interessante ratoeira que, se não consegue capturar totalmente a matilha, faz o devir-rato passar por um profundo processo de higienização. Aqueles que se submetem, que pedem autorização, que valorizam o patrimônio, terão como recompensa nada menos que o *status* de artista, poderão pleitear editais, em suma, poderão tornar-se empreendedores de si.

É necessário então lembrar que a não-autorização também já está prevista pela governamentalidade: o medo e os ódios engendrados pela pichação alimentam o mercado da segurança privada; as pinturas não autorizadas possibilitam licitações de empresas privadas para limpeza e para o fornecimento de câmeras de segurança; os gastos com a pichação produzem índices, relatórios e estatísticas — enfim, a pichação já tem seu papel garantido nas sociedades de controle.

É por isso que não faz sentido colocar “o” pichador de um lado e “o” grafiteiro de outro. Apesar da diferenciação estética existente entre o grafite e o pixo, muitas vezes ambos são realizados pelos mesmos

praticantes (PEREIRA, 2005; SPINELLI, 2007). O que parece existir é um comportamento de matilha, um *continuum* que vai de um devir-pichador a um devir-grafiteiro, que nada mais é senão uma forma de jogar com os modos de governo das condutas: em certas circunstâncias, é melhor aliar-se a um devir-corrupção; em outras, é possível seguir por um devir-rato. Mesmo com a autorização para uso dos espaços apresentando-se como mais um dispositivo de segurança na cidade governamentalizada, é necessário destacar que, para a matilha, tanto faz se os espaços são ou não autorizados.

É preciso então lembrar que o devir-rato contrasta com o devir-corrupção não apenas por questionar a mencionada gaiola e o alpiste diário, mas por conta de sua produção: seus rastros são imundos. O Decreto nº 11.510, de 23 de maio de 2011 é uma pista interessante para pensarmos sobre isto. O regulamento trata da revitalização do centro da cidade de Campo Grande/MS² e detalha as formas de uso das fachadas e dos anúncios pelos comerciantes, com a justificativa de combater a chamada poluição visual. Para se ter uma ideia das minúcias dessa norma, basta citar o Artigo 6º, onde se lê: “Os motivos, figuras, cores e formas de diferentes elementos para a comunicação visual não devem ser extravagantes ou causar efeito estranho no ambiente onde está instalado.”

Devido ao risco de multas, os comerciantes precisam adequar-se às regras, precisam aliar-se a um devir-corrupção para continuar sobrevivendo. Já o comportamento de matilha dos praticantes do pixo e da pichação, não somente ignora a referida norma, como também aproveita esses espaços abertos pelo regulamento para inserir novas intervenções. O encontro entre devires tão estranhos pode ser uma pista para compreender os ódios recíprocos. De um lado, comerciantes e gestores desejam uma

² Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/wp-content/uploads/sites/24/2017/02/20110727085228.pdf> (Acessado em: 14/06/2016).

cidade produtiva economicamente, de outro, pichadores e demais que adotam o comportamento de matilha pouco ou nada se importam com essa dimensão.

Isso se torna mais complexo quando pichadores alegam também contribuir com a cidade, não em sua dimensão econômica, mas em sua estética: “Como é que nós vai ficar triste com o bagulho. Pra nós fica mais lindo ainda o prédio. Sem zueira cara. Por isso que nós faz o bagulho, porque nós acha bonito pra caralho mano” (PIXO, 2009).

A relação entre limpeza e poluição precisa então ser mais bem explorada.

A cidade poluída

A série que articula poluição visual-pichação-devir-rato só é possível a partir de uma certa concepção de limpeza. A agonística travada entre publicidade e pichação pode ser uma interessante pista para pensar quais tipos de poluições e quais formas de limpezas são desejadas nas sociedades de controle. Ao mesmo tempo em que atualiza os combates por territórios, também fortalece a ideia de que só existimos enquanto devires, nesse caso, devires-animais.

Se a poluição visual não é o objetivo-fim da pichação, é porque ela emerge como um efeito dessa forma peculiar de comunicação entre os jovens da cidade (PEREIRA, 2005; SPINELLI, 2007). Segundo Spinelli (2007), publicidade e pichação constituem certa legenda do urbano, em que a trilha sonora dos automóveis é ritmada pelos semáforos: “o grafiteiro e o pichador fazem apenas reproduzir os mesmos modelos de comunicação nos quais foram educados.” (Idem: 117). Para este autor, a poluição visual não deve ser colocada na conta exclusiva dos pichadores, uma vez que, além dela, há o acúmulo de lixo, a diversidade de arquiteturas, o excesso de mobiliário urbano e os anúncios publicitários.

A produção incessante de marcas pela cidade por pichadores e

publicitários pode ser aproximada da ideia de *malprope* de Michel Serres. Segundo Serres (2011), *prope* em francês remete tanto a “limpo” quanto a “próprio”. *Malprope* seria, então, “mal limpo”, ou seja, algo sujo, mas que também significa canalha, indecente: “o próprio se adquire e se conserva pelo sujo. Melhor ainda: o próprio é o sujo” (Idem: 14). As marcas deixadas por pichadores e publicitários, mais do que poluição visual, são tentativas suaves de apropriação da cidade.

Serres diferencia a poluição dura, com seus resíduos sólidos, líquidos e gasosos, da poluição suave, com suas imagens e signos: “muito diferentes, pelo menos na ordem energética, lixos e marcas resultam, entretanto, do mesmo gesto conspurcador, da mesma intenção de apropriação e que tem uma origem animal” (Ibidem: 59).

As etiquetas nas roupas, o logotipo dos automóveis, assim como a assinatura do próprio nome já são marcas, modos de apropriação. O autor chega a afirmar que vê com bons olhos as tatuagens e *body piercing*: tentativas de apropriar-se do próprio corpo, já com tantas marcas exteriores. Se entendermos que as imagens e signos e, com isso, as identidades, as etiquetas e as mais diversas formas de marcas são modos de apropriação dos corpos, tornar-se-á mais fácil compreender a afirmação de Foucault (1977) sobre a alma como prisão do corpo. Corpo marcado = corpo governado.

Hoje, as empresas e os fabricantes marcam com sua mancha, impressão ou assinatura o que vendem: produtos alimentícios, roupas, automóveis. Usando uma estratégia competente e que passa despercebida – pois exposta ao olhar de todos, eles dividem com o comprador a propriedade. São ainda mais expertos, eles ficam com ela! [...] Somos roubados, mas em troca podemos, enfim, compreender a máxima famosa de Proudhon: a propriedade é um roubo! (SERRES, 2011: p. 38-39).

Para o autor, somos roubados duas vezes, tanto pelas empresas, que continuam a divulgar sua propriedade pelas marcas que carregamos,

quanto pelo Estado, que nos identifica também com suas marcas. E o mais impressionante: a maioria orgulha-se disso!

Serres lembra que o termo “poluição” deriva de “polução”, isto é, vem da ideia de lançar fluidos de esperma sobre algo a fim de delimitar um território. É significativo o título de um capítulo dessa obra de Serres (Idem: 13): “O limpo e o sujo: usos animais, usos humanos”. A ideia de matilha deleuziana parece convergir com o problema dos usos dos espaços na cidade: os animais urinam para marcar um território; certas plantas borrifam ácidos ao seu redor com o mesmo fim; até nosso corpo, ao suar, deixa rastros. E como é impossível viver fora do devir (DELEUZE; GUATTARI, 1997), parece que o comportamento de matilha não é uma escolha, mas o movimento necessário para a constituição de linhas de fuga.

Conforme Serres (2011), o verbo “marcar” provém das marcas deixadas pelos pés, e o autor lembra que certas prostitutas de Alexandria entalhavam iniciais em suas sandálias para facilitar o encontro com seus clientes: “os executivos por trás das grandes marcas veiculadas pelos publicitários, em anúncios nas cidades grandes, ficarão contentes ao saber que descendem diretamente, como bons filhos, daquelas putas” (Idem: 12).

Para Banksy (2012), artista mundialmente conhecido por suas intervenções clandestinas, a publicidade é a grande violadora da cidade:

Quem realmente desfigura nossos bairros são as empresas que rabiscam slogans gigantes em prédios e ônibus tentando fazer com que nos sintamos inadequados se não comprarmos seus produtos. Elas acreditam ter o direito de gritar sua mensagem na cara de todo mundo em qualquer superfície disponível, sem que ninguém tenha o direito de resposta. Bem, elas começaram a briga e a parede é a arma escolhida para revidar (BANKSY, 2012: 08).

Os espaços da cidade são disputados com unhas e dentes pela

publicidade e pela pixação/pichação, mas é a governamentalidade que ditará o modo como se darão esses combates. A limpeza da cidade implicará policiamento ostensivo, prisão dos praticantes, proteção do patrimônio, isto é, estratégias de contenção de todo comportamento de matilha.

O alerta de Banksy (2012) para o revide pode ser aproximado da ideia de vingança pensada por Spinoza (2014 [1677]: 149): “a vingança é o desejo que nos impele, por ódio recíproco, a fazer mal a quem, com igual afeto, nos causou dano”. Muito se fala do mau encontro que os pichadores causam à cidade, tanto a moradores quanto a comerciantes, mas qual seria o dano que a cidade-publicitária nos causa? Seria a pichação apenas uma forma de vingança? Retomando uma frase do documentário Pixo (2009): “que sociedade é essa que forma uma geração inteira de jovens que precisam se expressar pela destruição?” O comportamento de matilha aparece, assim, como mais um efeito colateral da governamentalização da vida urbana.

Retomando a ideia de vingança proposta por Banksy (2012), convém citar que sua máquina de guerra contra os saberes instituídos não se detém em muros e paredes, invadindo também museus e circuitos artísticos. Em uma série de intervenções ilegais no Museu de História Natural de Londres, ele inseriu uma obra intitulada “controle de pragas”, onde se vê um rato com uma pequena lata de spray, com a legenda: “Expostas a um aumento significativo de restos de *junkfood* no lixo, radiação ambiental e rap urbano essas criaturas evoluíram em uma velocidade sem precedentes. Denominado de *Banksus militus vandalus*, eles são imunes a todos os métodos modernos de controle de pragas e demarcam seus territórios com uma série de elaborados sinais” (idem: 183).

No documentário Pixo (2009), em algumas cenas, aparecem imagens de ratos, animais mortos e até pixadores que, vasculhando o lixo do McDonalds, encontram um sanduíche em perfeito estado, que é em

seguida devorado: o *Mclixo*. Tanto nesse documentário quanto na frase acima de Banksy, as proposições de Serres (2011) sobre a demarcação de territórios, assim como a noção de comportamento de matilha de Deleuze e Guattari (1995), ficam bastante visíveis.

Em “Versos Íntimos”, Augusto dos Anjos (1998: 179) parece lembrar a necessária metamorfose que a cidade incita a todos: “Acostuma-te à lama que te espera! / O homem, que, nesta terra miserável, / mora, entre feras, sente inevitável / necessidade de também ser fera”. É a lógica do devir que impera nas relações, e essas são algumas das linhas que constituem a cidade.

Ao mesmo tempo em que a governamentalidade produz feras, devires-animais e comportamentos de matilha, diversos dispositivos de segurança emergem como de modos de gestão destes fluxos num circuito que nunca se encerra.

O avizinhamiento entre lixos e marcas, poluição dura e suave, respectivamente, encontra ressonância naquilo que Banksy (2012) chama de brandalismo: “Qualquer anúncio num espaço público que não permite que você escolha se quer vê-lo ou não é seu. Ele lhe pertence. Você pode se apropriar dele, rearrumá-lo e reutilizá-lo. Pedir permissão para isso é como perguntar se você pode ficar com a pedra que alguém jogou na sua cabeça” (Idem: 196).

Em uma forma de contrapoder, essas intervenções têm outdoors como alvo e os mais diversos anúncios publicitários. A seu favor, Banksy argumenta: “crime contra a propriedade não é realmente um crime” (Ibidem: 237). Mesmo não sabendo o quanto Serres conhece de Banksy, é provável que o filósofo concorde com tal assertiva, pois, em vez da propriedade, o que existe é a posse temporal e locatária. Serres (2011) destaca que, no afã da apropriação, o mundo humano está caminhando para a sua ruína e sendo afogado em um dilúvio de publicidades; a poluição suave vem se tornando mais dura que a dita poluição dura.

Basta seguirmos os argumentos de Serres para isso ficar mais compreensível: se as delimitações das fronteiras impostas por muros e paredes são, antes de tudo, modos de apropriação dos espaços, essas apropriações já são uma espécie de poluição, um modo de demarcação.

Os lixos e marcas produzidos por essas poluições duras e suaves não apenas se encontram antes da emergência do pichador, como são elas próprias a condição de possibilidade de existência deste. No final das contas, o grafite, o pixo, assim como as mais diversas pichações, são apenas outros usos das poluições já existentes nas cidades. Como diria Certeau (1994: 49-50), “a ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras”.

Talvez seja necessário neste momento explorar melhor as diferenças entre as poluições duras e suaves: “A poluição dura se apropria do mundo duro. Tão perigosa quanto ou até mais nociva, a poluição suave se apropria dos homens, com relações frequentemente sutis e tímida consciência. Essa suavidade, às vezes invisível, cobre o espaço das coisas e o de nossas relações tão rapidamente quanto a dureza; e invade a ausência de espaço por onde perambulam nossas almas” (SERRES, 2011: 80-81).

Ao invés de dicotômicas, as poluições duras e suaves precisam ser entendidas como constituintes de certo *continuum*: a camada exterior é a da poluição dura, que visa, sobretudo, a excluir e repelir. Em seguida, a camada intermediária, com seus poros, portas de entradas e saídas, visa às circulações e trocas de fluxos. A última camada é a da poluição suave, em que já não se pretende excluir, como na primeira, mas incluir e convidar à participação (Idem). Não é difícil perceber que essa ideia de poluição suave pensada por Serres está muito próxima das sociedades de controle mencionadas por Deleuze (1992) e das sociedades de segurança pensadas por Foucault (2008).

Os praticantes do pixo e da pichação talvez não percebam, mas

eles também já estão controlados por todos os lados. Aos governados resta apenas obedecer, mesmo que alguns não cessem de atirar suas latas de *spray* como modo de expressar sua indignação. Modo infantil, dirão muitos. O fato é que, tais atitudes insurgentes reforçam o caráter agonístico da cidade.

A noção de agonística é, portanto, fundamental, pois não se trata de uma grande recusa, ninguém está fora das relações de poder (FOUCAULT, 1979). Mais interessante é pensar como o discurso da cidade higiênica produz novas relações agonísticas entre os atuais cidadãos. Para a governamentalidade parece que, muito mais que o consumo de tecnologias de segurança, o que realmente importa são os modos de controlar os infindáveis fluxos da cidade.

Se as pequenas ilegalidades são insuportáveis por grande parte da população é porque talvez ela não tenha atentado para a micropolítica dos usos sutis que tais ilegalidades engendram. Afinal de contas, os pichadores até podem fazer um devir-rato, mas, sejamos francos, trata-se de um devir-ratinho, franzino, minúsculo frente às grandes ilegalidades. Acontece que são justamente essas ilegalidades menores e controladas que adquirem uma grande importância na higienização das cidades.

A produção da cidade higiênica

Durante a pesquisa de doutorado, uma questão que eu me fiz várias vezes foi: por que a pichação incomoda tanto? Sendo os afetos produzidos na ordem dos encontros (SPINOZA, 2014), o ódio para com a pichação precisa ser entendido como uma produção histórica e social.

Conforme as leituras eu começava a perceber que a pichação só pode emergir como um problema em uma cidade higienizada. Torna-se necessário assim, discutir algumas questões do movimento higienista que emergiu na Europa, atravessou o Brasil durante o século XIX e continua ativo ainda hoje.

No século XVIII, a questão da circulação apresentava-se como um problema novo e fundamental para as cidades europeias (FOUCAULT, 2008). Aparecem, então, conforme Foucault, a questão do comércio interior — como ligar o comércio local com mercadorias vindas de fora e como exportá-las? —; o problema da vigilância — como garantir que a abertura da cidade, agora sem muralhas, lide com sua exposição tanto ao comércio quanto a ladrões, vagabundos e estrangeiros? —; e o tema da higiene — como desenvolver a circulação econômica da cidade garantindo que não haja circulação de doenças e de doentes?

Na construção das cidades operárias, Foucault (1999) explica que a responsabilidade passa então a ser atribuída às famílias na garantia dos mecanismos disciplinares dos corpos individuais e dos mecanismos de regulação da população: “regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias [...]” (Idem: 300).

Sennett (2014 [1974]) também articula família-população-higiene na epígrafe que usa para abrir sua obra *O declínio do homem público*:

Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos e seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem, no entanto vê-los; toca-os, mas não os sente, existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nessas condições, um certo sentido de família ainda permanecer em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade (TOCQUEVILLE, 1977 [1835] apud SENNETT, 2014 [1974], s/p).

No decorrer da sua obra o autor explica melhor o duplo movimento que constitui as cidades contemporâneas: enquanto a rua tornava-se o lugar da ameaça, da sujeira e do caos, os espaços privados e particulares foram sendo cada vez mais associados as ideias de segurança, de limpeza

e de ordem. Sennett (2014) explica que essa distinção público-privado provém em parte da emergência dos direitos naturais relacionados à vida natural, portanto, seria algo privado e familiar, enquanto a vida pública começava a ser vista como algo produzido de fora, por instituições construídas socialmente pela cultura. À medida que a vida íntima passava a ser entendida como um fenômeno natural, gradualmente a vida pública, suja e caótica das ruas tornou-se objeto de evitação e de temor (Idem).

Para Rocha (2013), o próprio conceito de ordem pública está atrelado a uma ideia utópica de higienismo, conforme se vê pelo Decreto n. 88.777/1983, citado pela autora e aqui reproduzido: “Ordem Pública — Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum” (BRASIL, 1983 apud ROCHA, 2013).

Conforme Rocha, os chamados ‘processos de pacificação’ atualizam não somente a velha utopia higienista do século XIX, como também a eliminação das diferenças.

Em *Ordem médica e norma familiar*, Costa (2004 [1979]) discute como o movimento higienista no Brasil contribuiu com a produção tanto das cidades modernas quanto de novos modos de se conduzir.

Durante o Brasil Colônia, a Igreja Católica e as famílias oitocentistas constituíam uma força política descomunal frente ao Estado. Dentre os fatores que contribuía para tal situação estavam os altos índices de mortalidade infantil assim como as precárias condições de saúde dos adultos (Idem). É preciso então lembrar que durante muito tempo a medicina não tinha o prestígio que possui hoje, pois se a Igreja detinha o monopólio sobre o sofrimento, o desenvolvimento científico sobre

os corpos era ainda incipiente (Ibidem). Mas isto estava mudando. O movimento higienista ganhava força ao passo que a Igreja se enfraquecia politicamente.

Os médicos brasileiros logo perceberam que o controle populacional seria a melhor maneira de se mostrarem necessários ao Estado. O saber médico poderia mostrar não apenas a etiologia de potenciais doenças (que só eles poderiam diagnosticar), mas também a prevenção (que só eles poderiam indicar) e as formas de cura (que só eles conheciam).

Se ainda prevalecia nessa época a urgência de pestes, doenças e mortes, com a produção de uma cidade higiênica, haverá certo deslocamento para problemas cada vez menores nesse sentido. É por isso que posteriormente veremos a peste-pichação aparecer como um novo problema de “saúde” da cidade.

Convém destacar que o uso político do saber dos higienistas não difere daquilo que Foucault (2001) problematizou na constituição do indivíduo anormal-perigoso: quando certos criminosos escapavam da punição do sistema penal mediante os chamados “crimes sem interesse”, a psiquiatria moderna produz a noção dos instintos. É assim que a psiquiatria garantiria sua força política mediante a higiene: “[...] ninguém mais poderia detectar antecipadamente esse crime que se manifestou, mas eu como saber, eu como ciência da doença mental, eu por conhecer a loucura, vou precisamente poder detectar esse perigo, que é opaco e imperceptível a todos os outros” (FOUCAULT, 2001: 152).

Com a produção de uma cidade higiênica, a figura da grande anormalidade vai sendo deslocada para as singulares multiplicidades, até que, já em uma sociedade de segurança, os menores fluxos se tornam esperados e passíveis de controle. É nesse sentido que também os comportamentos de matilha não são apenas esperados, mas constituem parte da gestão de controle dos espaços, sejam eles públicos ou privados.

No Brasil do século XIX, a medicina higiênica aproveitou as necessidades

que o processo de urbanização trazia para apresentar suas contribuições em praticamente todas as áreas da vida: a casa (materiais da construção, lugar escolhido, ventilação, iluminação, limpeza, decoração); a escolha das roupas (de adultos e crianças, masculinas e femininas); os tipos e modos de alimentação (legumes, carnes, horários); a educação infantil (física, moral e intelectual); as relações de sociabilidade (polidez, visitas, bailes). Dessa maneira, seguir ou não os preceitos médicos seria tomar um caminho de saúde e de vida ou de doença e de morte (COSTA, 2004).

Se até meados do século XVIII o profissional médico era desvalorizado e desqualificado, para garantir que seu saber fosse sempre útil e imprescindível, Costa demonstra como se tornou necessário não apenas produzir novas categorias a serem medicadas (bebês, grávidas, crianças, adolescentes, mulheres adultas e homens adultos), mas, acima de tudo, normalizá-las segundo o maior sinal de saúde: o amor ao Estado. Os médicos aprenderam bem cedo que lhes seria muito útil apresentar o amor à nação não como obrigação política, mas como um impulso da própria natureza humana. É claro que aproximar linhas tão distintas como dever cívico e amor natural exigia dos médicos uma verdadeira “acrobacia verbal” (Idem: 67). A noção de grotesco de Foucault (2001) cabe muito bem para os argumentos médicos utilizados para aproximar a ideia de boa saúde e patriotismo: matavam-se a mãe e o pai oitocentistas para, aos moldes europeus, normalizar a família para o nascente capitalismo (COSTA, 2004).

Mediante a medicalização da família, ao mesmo tempo em que regulavam os índices de saúde da população, também emergia a produção de cidades higienizadas. A ideia de uma cidade limpa, em termos deleuzeanos, também pode ser entendida como o desejo de uma superfície lisa e sem estrias, o que é bem conveniente para a melhor circulação das mercadorias. Os rastros deixados pelas matilhas de pixadores/pichadores parecem atrapalhar tais equações econômicas.

E mesmo quando jovens seguem por um devir-rato ao invés do higiênico devir-corrupção, os fluxos da cidade já estarão geridos e monitorados. Herança do higienismo atualizado nas sociedades de controle.

As marcas e rastros de pixos e pichações incomodam porque provém da ordem do ingovernável. A relação entre poluição/higienismo pode fornecer importantes pistas sobre a atuação dos dispositivos de segurança na gestão dos fluxos ao mesmo tempo em que nos possibilitam repensar a experiência urbana contemporânea.

Referências bibliográficas:

- ANJOS, Augusto dos (1998). **Toda poesia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BANKSY. **Guerra e Spray** (2012). Tradução de Rogério Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- BERNARDES, Anita Guazzelli; TABORDA, Jeferson Camargo (2016). “EscritaCom: Heterotopias”. *Rev. Polis Psique*, v. 6, n. spe, p. 113-123, jan. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100009&lng=pt&nrm=iso (Acessado em: 30/11/2017).
- CERTEAU, Michel de (1994). **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.
- COSTA, Jurandir Freire (2004 [1979]). **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições do Graal.
- DELEUZE, Gilles (1992). **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix (1995 [1980]). **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. Editora 34.
- _____. (1997 [1980]). **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. Editora 34.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. (2008) **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1977) **Vigiar e Punir: história do nascimento das prisões**. Tradução de Raquel Ramalhe. Vozes: Petrópolis.
- _____. (1999). **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2001). **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes.
- PASSETTI, Edson (2017). Poder e Anarquia: apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado. *Verve*, 12: 11-43. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5448> (Acessado em: 30/11/2017).
- PEREIRA, Alexandre Barbosa (2005). **De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.
- _____. (2010). **As marcas da cidade: a dinâmica da pichação em São Paulo**.

Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 143-162. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100007&lng=en&nrm=iso (Acessado em: 30/11/2017).

PIXO. Filme documentário. Direção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2009. (61 min.) son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SW-h8w2Slhw> (Acessado em: 01/11/2014).

ROCHA, Maria Isabel Costa Menezes da (2013). **Entre estética e controle: o(s) ordenamento(s) dos espaços públicos urbanos**. In: Seminário Urbanismo na Bahia, *UrbBA* [13], Salvador. Disponível em: http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2014/09/urbBA13_Entre-est%C3%A9tica-e-controle_Maria-Isabel-Rocha-1.pdf (Acessado em: 30/11/2016).

SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. *Logos: Comunicação & Universidade*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 26, 1º sem. 2007. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/LOGOS_N26.pdf. (Acessado em: 22/01/2017).

SENNET, Richard (2014 [1974]). **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo, Companhia das Letras.

SERRES, Michel (2011). **O mal limpo: poluir para se apropriar?** Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil.

SPINOZA, Baruch de (2014 [1677]). *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

WACQUANT, Loïc (2015). **Projetando o confinamento urbano no século XXI**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. In: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza (org). **Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EdiPucrs.